

Garantias para a realização das eleições municipais em 88

- 7 ABR 1988

por Cecília Pires
de Brasília

O movimento em favor da garantia de realização de eleições municipais em novembro deste ano ganhou fôlego, ontem, na Constituinte. Um projeto de decisão apresentado ontem à Mesa pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), remetendo ao Tribunal Eleitoral a tarefa de baixar normas para as eleições ainda neste ano foi assinado, até o início da noite, por 451 constituintes, incluindo lideranças de todos os partidos.

Apesar de ter conseguido muito mais do que um terço de assinaturas exigidas pelo regimento, o projeto poderá não ser colocado em plenário pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Esta é a opinião de parlamentares superassem diferenças ideológicas, unindo-se em torno da idéia de defender eleições diretas para presidente em 88. "No comício não se fa-

Apoio ao comício por diretas

por Flávio Porcello
de Porto Alegre

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul dará todo o apoio ao comício pró-diretas que está sendo organizado para o próximo dia 22 de abril no largo da prefeitura de Porto Alegre, anunciou ontem seu presidente, Almir Lorenzon (PMDB), no encerramento de um encontro com organizadores do evento. A idéia de realizar este comício partiu da Frente Popular formada por pequenos partidos de esquerda e já tem o apoio do PDT e de alguns setores progressistas do PMDB.

A iniciativa conseguiu fazer com que lideranças partidárias superassem diferenças ideológicas, unindo-se em torno da idéia de defender eleições diretas para presidente em 88. "No comício não se fa-

lará de outra coisa. O comício é pelas diretas e ninguém vai fazer propaganda de partido ou de candidato", garantiu o líder do PT na Assembléia Legislativa, deputado Raul Pont.

Mas no âmbito da Assembléia Legislativa ainda não há unanimidade pela campanha. Foi divulgado ontem um documento assinado por 52 dos 55 deputados estaduais de todos os partidos, defendendo as diretas para presidente da República. Apenas três deputados, do PMDB, não assinaram o documento. O deputado Solon Tavares, que acha que este assunto não é prioritário no momento, o deputado Tito Lívio Jaegger, por ser presidencialista e defender cinco anos de mandato para o presidente Sarney, e o líder do governo na Assembléia Legislativa, deputado César Schirmer.

Ele não foi encontrado ontem para explicar sua posição, mas sabe-se que é o deputado estadual mais afinado com as idéias políticas do governador Pedro Simon, que não se tem manifestado sobre as diretas para presidente neste ano, assegurando que este é um assunto para o partido definir.

O governador gaúcho viajou ontem para Brasília, onde acompanha — como convidado do governo federal — o encontro dos presidentes do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Antes de embarcar, em rápida entrevista, Pedro Simon disse que o momento não é de atacar o governo federal nem o presidente José Sarney. Reiterou a necessidade de terminar os trabalhos da Constituinte para depois pensar nas outras questões políticas.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, prefere continuar apostando num projeto de lei ordinária que está sendo estudado em conjunto pelas lideranças dos outros partidos, que seria apreciado pelo Congresso. "O projeto de lei pode ir a detalhes, estabelecendo um prazo maior para filiação partidária, que atualmente vai até seis meses antes do pleito, pode definir a propaganda de rádio e TV, que é do interesse de todos os constituintes", argumentou Ibsen.

O deputado Pimenta da Veiga (sem partido) também assinou o apoio ao projeto de decisão, mas afirmou que não votaria nele. "É um absurdo, porque o projeto deixa a lei atual como está e queremos uma nova lei até porque estamos criando um novo parti-

do e precisamos de normas que permitam nossa participação no pleito", protestou.

Ao conquistar a adesão da maioria absoluta dos constituintes, porém, o projeto de decisão forneceu um balizamento da posição dos parlamentares. Sua aprovação poderia, no entender de alguns técnicos, tornar prejudicadas as duas emendas apresentadas para a parte das disposições transitórias da Constituinte que propõem a prorrogação do pleito municipal para novembro do ano que vem.

Uma delas é do deputado Gilson Machado (PFL-PE) e outra do senador Aureo Melo (PMDB-AM). Aureo, cuja emenda tem preferência nas votações, acredita que, mesmo sendo aprovado por maioria absoluta

dos constituintes, o projeto de lei não prejudica sua emenda. "São propostas diferentes, uma é projeto de lei, outra é emenda à Constituição", argumentou.

A rapidez com que o deputado Arnaldo Faria conseguiu apoio a sua proposta, no entanto, tornou ainda mais tímidas as defesas dos poucos parlamentares que ainda se posicionam a favor da prorrogação. O líder do governo no Senado, senador Saldanha Derzi, garantiu, ontem, que o governo não quer a prorrogação, mas que ela é necessária. "não é possível termos três anos seguidos de eleições, este, o próximo para presidente, e o outro para governadores e Congresso."

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) confessou que sua defesa da prorro-

gação era "covarde", brincou, explicando que não votará "a favor da prorrogação porque é uma medida muito antipática, mas sou favorável a ela."

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), ficou surpreendido, ao voltar dos feriados da semana santa. "Na semana passada, eu saí da Constituinte convencido de que iria dar prorrogação. Mas, quando voltei, encontrei a Constituinte toda a favor da realização de eleições neste ano". Humberto Souto disse que é favorável a elas, mas admite que gostaria de eleições "casadas. As eleições solteiras para presidente, no ano que vem, só favorecem a Brizola, pois o PDT não tem máquina partidária que o favoreceria, em eleições conjuntas nos municípios", concluiu.

Prefeitos debatem a prorrogação

Cuiabá sediará hoje um encontro de prefeitos de capitais que pretendem debater, entre outros assuntos, a possibilidade de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores — questão que será definida na votação do capítulo final da nova Constituição, o das disposições transitórias.

No debate dos prefeitos, também será analisada a suspensão, pelo governo federal, dos financiamentos a municípios e estados e a votação do capítulo sobre o sistema tributário (ver matéria ao lado) na Assembléia Nacional Constituinte.

O prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, adiantou que defenderá no encontro a aprovação de um documento "radicalmente" contra a prorrogação dos mandatos dos prefeitos (eleitos em 1982, para seis anos de governo). Mais um ano de mandato para prefeitos e vereadores, como se cogita na Constituinte, seria "um desrespeito à democracia e ao voto popular", na sua opinião. Até o momento, segundo ele, estão confirmadas as presenças de doze prefeitos em Cuiabá hoje. Entre eles: o do Recife, Jarbas Vasconcelos; Porto Alegre, Alceu Colares; Fortaleza, Maria

Luiza Fontenelle; e Rio de Janeiro, Saturnino Braga.

"BOM TRABALHO"

O prefeito fluminense, aliás, disse ontem que "a Constituição brasileira não pode ser prejudicada por apressamento exagerado". Falando sobre a possibilidade de serem impostas punições aos constituintes que não comparecem às sessões em Brasília, Saturnino Braga opinou: "O trabalho da Constituinte tem sido muito bom e o seu tempo de conclusão não tem sido demorado".

21 DE ABRIL

Ele acredita que a nova Constituição deverá ser

promulgada até o meio deste ano, e que o tempo gasto em sua elaboração representa um "prazo razoável". A Assembléia Nacional Constituinte abriu seus trabalhos em fevereiro do ano passado, quando seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), prometeu entregar a nova Carta pronta em setembro do mesmo ano. Passado esse prazo, foram feitas outras projeções que não se confirmaram. A última foi do próprio Ulysses Guimarães, que prometeu promulgar a Constituição no dia 21 deste mês — o que, já se sabe, também não será possível.